

Ciranda II Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Ciranda II Holding S.A

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ciranda II Holding S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Ciranda II Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

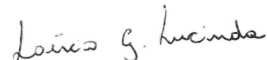
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Laércio G. Lucinda

Contador CRC 1SP241847/O-9

Ciranda II Holding S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.609	19.960	25	334
Contas a receber	6	4.209	3.529	-	-
Impostos a recuperar		936	867	9	4
Dividendos a receber		-	-	262	262
Contas a receber de partes relacionadas	7	-	-	1.061	1.001
Outros valores a receber	8	304	340	18	51
Total do ativo circulante		23.058	24.696	1.375	1.652
Ativo não circulante					
Outros valores a receber	8	5.886	5.886	-	-
Investimento em controladas	9	-	-	366.991	414.253
Imobilizado	10	561.851	595.356	-	-
Total do ativo não circulante		567.737	601.242	366.991	414.253
Total do ativo		590.795	625.938	368.366	415.905
Passivos					
Fornecedores e outras contas pagar	11	14.894	2.995	-	-
Empréstimos e financiamentos	12	23.183	8.916	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	-	1.321	-	-
Outros tributos a recolher		841	697	1	-
Contas a pagar de partes relacionadas	7	107	612	50	52
Dividendos a pagar	7	62	62	62	62
Outras contas a pagar		174	-	1	-
Total do passivo circulante		39.261	14.603	114	114
Passivo não circulante					
Outros tributos a recolher		38	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	12	179.930	192.513	-	-
Provisão para desmontagem da Central Solar	10	3.314	3.031	-	-
Total do passivo não circulante		183.282	195.544	-	-
Patrimônio líquido					
Capital social	14	494.819	488.789	494.819	488.789
Prejuízos acumulados		(126.567)	(72.998)	(126.567)	(72.998)
Total do patrimônio líquido		368.252	415.791	368.252	415.791
Total do passivo e patrimônio líquido		590.795	625.938	368.366	415.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ciranda II Holding S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	15	44.125	43.053	-	-
Custos operacionais	16	(58.318)	(51.594)	-	-
Prejuízo bruto		(14.193)	(8.541)	-	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(10.989)	(1.132)	(5)	337
Outras receitas e despesas operacionais		(23)	45	(32)	-
Resultado antes da equivalência patrimonial		(25.205)	(9.628)	(37)	377
Equivalência patrimonial	9	-	-	(53.552)	(40.022)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(25.205)	(9.628)	(53.589)	(39.645)
Receitas financeiras	18	324	155	27	(2)
Despesas financeiras	18	(28.644)	(28.925)	(1)	(36)
Resultado financeiro		(28.320)	(28.770)	26	(38)
Resultado antes dos impostos		(53.525)	(38.398)	(53.563)	(39.683)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	(44)	(1.359)	(6)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	74	-	-
Prejuízo do exercício		(53.569)	(39.683)	(53.569)	(39.683)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ciranda II Holding S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(53.569)	(39.683)	(53.569)	(39.683)
Resultado abrangente total do exercício	<u>(53.569)</u>	<u>(39.683)</u>	<u>(53.569)</u>	<u>(39.683)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ciranda II Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024		428.228	(33.315)	394.913
Aumento de capital social		28.901	-	28.901
Aumento de capital com AFAC	15	31.660	-	31.660
Prejuízo do exercício		-	(39.683)	(39.683)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		488.789	(72.998)	415.791
Aumento de capital social		6.030	-	6.030
Prejuízo do exercício		-	(53.569)	(53.569)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		494.819	(126.567)	368.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ciranda II Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(53.569)	(39.683)	(53.569)	(39.683)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação e amortização	10.1	33.633	31.451	-
Imposto de renda e contribuição social		44	1.433	6
Equivalência patrimonial	9	-	-	53.552
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	14.994	15.003	-
Correção monetária de financiamentos	12	9.296	9.783	-
Juros de desmobilização do ativo imobilizado	10.2	283	260	-
Custo de transação de empréstimos pagos	12	(413)	(408)	-
Provisão de receita	6	(727)	(475)	-
Baixa do imobilizado		-	1.293	-
Resultado do exercício ajustado		3.541	18.657	(11)
Variação dos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber		47	68	-
Impostos a recuperar		(70)	(20)	(8)
Contas a receber com partes relacionadas		-	-	(26)
Fornecedores e outras contas pagar		11.899	(732)	-
Outros tributos a recolher		182	(285)	-
Contas a pagar com partes relacionadas		(505)	(13.282)	(1)
Outros ativos		175	(247)	3
Outros passivos		36	-	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		15.305	4.159	(43)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	12	(14.928)	(14.995)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.365)	(2.880)	(6)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(988)	(13.716)	(49)
Fluxo de caixa das atividades investimento				
Aporte de capital em controladas	9	-	-	(6.290)
Aquisição de imobilizado	10.1	(128)	(576)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(128)	(576)	(6.290)
Fluxo de caixa das atividades financiamento				
Aporte de capital de acionistas	14	6.030	28.901	6.030
Pagamento de principal de empréstimos	12	(7.265)	(7.014)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(1.235)	21.887	6.030
Aumento (redução) de caixa equivalentes de caixa líquido		(2.351)	7.595	(309)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	19.960	12.365	334
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	17.609	19.960	25
Aumento (redução) de caixa equivalentes de caixa líquido		(2.351)	7.595	(309)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ciranda II Holding S.A. individualmente “Companhia” é uma Holding constituída, em 03 de fevereiro de 2021 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Avenida Roque Petroni Junior, 999 – 4º andar – Vila Gertrudes – São Paulo – SP.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias conjuntamente referidas como “Companhia” ou simplesmente “Ciranda II”. O Grupo é formado por suas investidas diretas, que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Ciranda 4 Energias Renováveis S.A., Ciranda 5 Energias Renováveis S.A. e Ciranda 6 Energias Renováveis S.A., todas sediadas em São José do Belmonte no estado do Pernambuco.

1.1 Projeto de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2025, as Controladas diretas da Companhia possuem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, que lhes foi outorgada em 18 de agosto de 2020:

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW médios)
Ciranda 4 Energias Renováveis S.A.	9150	18/08/2020	35 anos	32
Ciranda 5 Energias Renováveis S.A.	9151	18/08/2020	35 anos	32
Ciranda 6 Energias Renováveis S.A.	9152	18/08/2020	35 anos	32

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas diretas da Companhia possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Ciranda 4 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCVEIE	6,56	127,50	IPCA	01/01/2022 a 31/12/2036	Janeiro
Ciranda 5 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCVEIE	6,56	127,50	IPCA	01/01/2022 a 31/12/2036	Janeiro
Ciranda 6 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCVEIE	6,56	127,50	IPCA	01/01/2022 a 31/12/2036	Janeiro

1.3 Outras informações

A Companhia iniciou as operações dos parques fotovoltaicos em abril de 2023.

2 Relação de entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía controle direto de 03 (três) Companhias. Veja abaixo a lista das controladas diretas do grupo:

	Participação	2025	2024
Ciranda 4 Energias Renováveis S.A. (a)	Direta	100%	100%
Ciranda 5 Energias Renováveis S.A. (a)	Direta	100%	100%
Ciranda 6 Energias Renováveis S.A. (a)	Direta	100%	100%

- (a) Trata-se de Sociedades de Propósitos Específicos (SPes) com o objetivo único de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica.

3 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Diretoria 30 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1 Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes dos empréstimos e financiamentos conforme prazos divulgados na nota explicativa nº 12.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 16.203 (R\$ 10.093 positivo em 31 de dezembro de 2024) e prejuízos de R\$ 53.562 em 2025 (R\$ 39.683 em 2024).

A Administração elaborou planos para suportar a posição de liquidez da Companhia. Nesse contexto, o plano de financiamento vigente contempla recursos provenientes da venda de outros projetos em nível Latam pertencentes à mesma estrutura societária da Companhia. Os recursos provenientes dessas transações serão direcionados para suprir as necessidades de caixa, as quais deverão contribuir para o fortalecimento da sua posição de liquidez.

Adicionalmente, a Administração vem conduzindo iniciativas com o objetivo de melhorar a estrutura de capital de giro da Companhia, incluindo: (i) atuação por meio das associações setoriais (ABSOLAR e ABEEólica), está tratando com o Ministério de Minas e Energia o

ressarcimento do *curtailment*, conforme previsto na Lei nº 15.269/2025, visando aprimorar as condições de cálculo e metodologia de ressarcimento aplicáveis tanto a períodos passados quanto futuros; (ii) renegociação de contratos vigentes; e (iii) implementação de melhorias operacionais contínuas na usina.

Com base nas projeções de fluxo de caixa operacional e considerando o compromisso de sua controladora em prover suporte financeiro e adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade das operações da Companhia, a Administração concluiu que existem recursos suficientes para a manutenção das atividades operacionais no curso normal dos negócios.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3 Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 10 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 10 – Provisão para desmontagem (reconhecimento e principais premissas).
- Nota 19 – Instrumentos Financeiros - (principais premissas para divulgação dos instrumentos financeiros).

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3.5 Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e financeiras estão descritas a seguir.

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante os exercícios abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras.

3.6 Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho e ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.7 Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas

taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.9 Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

A Companhia possui transações de conta corrente com outras empresas do Grupo que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas

3.10 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

(iv) Depreciação

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado limitada ao prazo de autorização de 35 anos, conforme nota explicativa 1.1.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Central Solar	25 anos
Central Solar desmontagem	33 anos
Instalações	15-25 anos

3.11 Provisão de desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas fotovoltaicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

.

3.12 Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo realizou o teste de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros e com base nos resultados nenhuma provisão foi reconhecida.

3.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.14 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída

como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

3.16 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- ii. Ativos financeiro ao custo amortizado:
Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como segue:

Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

c. *Instrumentos financeiros derivativos*

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

3.17 Cortes de geração

A Companhia foi afetada ao longo do exercício de 2025 pelo crescimento dos cortes de geração de energia (*curtailment*), o que afetou diretamente a receita da Companhia e os custos com a compra de energia.

A regulamentação do *curtailment* iniciou-se com as usinas eólicas, por meio da suspensão dos ressarcimentos nos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e na Contratação de Energia de Reserva (CER), por meio do Despacho nº 2.303/2019, até a regulamentação do tema. Após dois anos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentou a disciplina por meio da Resolução Normativa (REN) nº 927/2021.

Os geradores fotovoltaicos tiveram um histórico de regulamentação semelhante, sendo que, as usinas solares do ACR e na CER tiveram o marco e a forma de ressarcimento estabelecidos, provisoriamente, em 2022, por meio do Despacho nº 1.407/2022. O Despacho nº 1.688/2022 aprovou a metodologia provisória do *curtailment*, possibilitando que as frustrações de geração das usinas solares fossem contempladas, provisoriamente, nos ressarcimentos apurados no âmbito dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) do tipo disponibilidade e dos CERs das usinas solares fotovoltaicas.

Apenas em 2023, a ANEEL publicou a REN nº 1.073/2023, que reconheceu o *curtailment* de usinas, trazendo uma metodologia transitória até a publicação de uma metodologia definitiva de ressarcimento, a qual estava em discussão por meio da Consulta Pública ANEEL nº 009/2025, que ainda não teve resolução publicada. Tanto a Resolução Normativa de eólicas quanto a de solares foram consolidadas na REN nº 1.030/2022.

É importante destacar que as usinas solares do Ambiente de Contratação Livre (ACL) só podem ser ressarcidas a partir de 01 de abril de 2024. Além dos períodos de contratação, a ANEEL incluiu na regulamentação outras regras, como:

- Apenas cortes classificados como “indisponibilidade elétrica” poderão ser ressarcidos.
- Atingir uma franquia de horas, a ser calculada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) a cada início de ano.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da referida lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas solares e eólicas poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e de confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir, nas vias administrativa, arbitral ou judicial, compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso. Em decorrência da nova legislação:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu as recontabilizações, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e, portanto, de renunciar às ações judiciais relacionadas ao *curtailment*. Vale ressaltar que as deliberações finais da Companhia ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

3.18 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades do Grupo é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. No que tange à geração de energia, obrigação de desempenho acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. *Receita de geração de energia*

A receita operacional advinda do curso normal das atividades do Grupo é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. *Receita de juros*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras de resgate imediato, que são reconhecidas no resultado.

3.19 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Nas SPEs em 2025 o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real trimestral.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Nas SPEs em 2024 o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras. Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis, vigentes para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, não impactaram a preparação destas demonstrações financeiras, conforme detalhado a seguir:

a. CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40);

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40)

5 Caixa e equivalentes de Caixa

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	14	15.560	14	14
Aplicações financeiras	17.595	4.400	11	320
	17.609	19.960	25	334

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme estabelecido pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras da Companhia são de renda fixa e mantidas nas principais instituições financeiras do país. Tais aplicações possuem liquidez imediata e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia.

Essas aplicações referem-se substancialmente a aplicações automáticas remuneradas com base em taxa de mercado indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A remuneração dessas aplicações varia de acordo com o prazo de permanência dos recursos, com percentuais que podem chegar até 100% do CDI.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
Clientes nacionais a faturar (*)	4.209	3.325
Clientes nacionais	-	47
Clientes nacionais com partes relacionadas a faturar (*)	-	157
	4.209	3.529

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal (nota fiscal) é emitido.

7 Operações com partes relacionadas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Balanco patrimonial				
Contas a receber com partes relacionadas (*)				
Ciranda 4 Energias Renováveis S.A.	-	-	364	333
Ciranda 5 Energias Renováveis S.A.	-	-	364	334
Ciranda 6 Energias Renováveis S.A.	-	-	333	334
	-	-	1.061	1.001
Contas a pagar com partes relacionadas (*)				
Ciranda 3 Energias Renováveis S.A.	-	560	-	-
Ciranda II Holding 2 S.A.	107	52	50	52
	107	612	50	52
Dividendos a pagar				
Ciranda II Holding 2 S.A.	62	62	62	62
	62	62	62	62

	Consolidado	
	2025	2024
Demonstração do resultado		
Receita operacional bruta (**)		
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP)	1.319	3.671
	1.319	3.671
Custo - Energia comprada para revenda (***)		
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP)	-	(94)
	-	(94)

- (*) Os valores referem-se a transações de energia das controladas para suprir a necessidade de energia para atendimento dos contratos.
- (**) O saldo refere-se a venda de energia para BRDP em decorrência da necessidade da venda de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos.
- (***) O saldo refere-se à compra de energia da BRDP, em decorrência da necessidade de aquisição de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos.

7.1 Pessoal - chave da Administração

O Grupo optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A remuneração da Administração do Grupo é paga pela Canadian Solar desenvolvimento de Usinas Solares Ltda.

O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

O Grupo também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

8 Outros valores a receber

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Crédito de devolução de peças (*)	5.886	5.886	-	-
Outros valores a receber	18	52	18	51
Seguros a apropriar	286	288	-	-
	6.190	6.226	18	51
Circulante	304	340	18	51
Não circulante	5.886	5.886	-	-

- (*) Devolução ao fornecedor de módulos fotovoltaicos com defeito de fabricação, gerando crédito com o respectivo fornecedor.

9 Investimentos em controladas

	Controladora	
	2025	2024
Investimentos por equivalência patrimonial	366.991	414.253
	366.991	414.253

9.1 Informações financeiras resumidas de controladas

31 de dezembro de 2025

Controlada	Participação	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Ciranda 4 Energias Renováveis S.A.	Direta 100%	7.636	192.684	20.175	61.010	119.135	(17.760)
Ciranda 5 Energias Renováveis S.A.	Direta 100%	12.805	185.143	13.692	60.996	123.260	(18.346)
Ciranda 6 Energias Renováveis S.A.	Direta 100%	12.403	189.910	16.441	61.276	124.596	(17.446)

31 de dezembro de 2024

Controlada	Participação	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Ciranda 4 Energias Renováveis S.A.	Direta 100%	19.115	203.558	22.665	65.099	148.665	(13.756)
Ciranda 5 Energias Renováveis S.A.	Direta 100%	16.240	196.842	8.347	65.097	152.707	(13.069)
Ciranda 6 Energias Renováveis S.A.	Direta 100%	12.620	200.840	8.384	65.344	152.927	(13.195)

9.2 Movimentação do Investimento

31 de dezembro de 2025

	Saldo inicial 2025	Aportes de capital em caixa	Equivalência Patrimonial	Saldo final 2025
Ciranda 4 Energias Renováveis S.A.	134.907	1.987	(17.760)	119.135
Ciranda 5 Energias Renováveis S.A.	139.620	1.986	(18.346)	123.260
Ciranda 6 Energias Renováveis S.A.	139.725	2.317	(17.446)	124.596
	414.252	6.290	(53.552)	366.991

9.3 Movimentação do Investimento em 31 de dezembro de 2024

	Saldo inicial 2024	Aportes de capital em caixa (i)	Equivalência Patrimonial	Saldo final 2024
Ciranda 4 Energias Renováveis S.A.	141.609	7.057	(13.755)	134.908
Ciranda 5 Energias Renováveis S.A.	142.612	10.077	(13.069)	139.620
Ciranda 6 Energias Renováveis S.A.	141.628	11.292	(13.195)	139.725
	425.849	28.426	(40.022)	414.253

10 Imobilizado

	Consolidado	
	2025	2024
Imobilizado em serviço	561.851	595.356
	561.851	595.356

10.1 Movimentação do imobilizado consolidado

	Central Solar	Central Solar Desmontagem	Instalações	Total
Em 01 de janeiro de 2024	554.224	2.532	70.768	627.524
Adições	576	-	-	576
Baixas	(1.293)	-	-	(1.293)
Depreciação do período	(31.371)	(80)	-	(31.451)
Em 31 de dezembro de 2024	522.136	2.452	70.768	595.356
Adições	128	-	-	128
Depreciação do período	(31.238)	(79)	(2.316)	(33.633)
Em 31 de dezembro de 2025	491.026	2.373	68.452	561.851
Taxa média de depreciação anual	4%	3%	4% - 6,67%	

10.2 Provisão para desmontagem

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.532	2.771
(-) Depreciação	(80)	-
Juros	-	260
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.452	3.031
(-) Depreciação	(79)	-
Juros	-	283
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.373	3.314

11 Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado	
	2025	2024
Materiais e serviços	14.894	2.995
	14.894	2.995

12 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2025	2024
Empréstimos e financiamentos (BNDES)	203.113	201.429
	203.113	201.429
Circulante	23.183	8.916
Não circulante	179.930	192.513

12.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Saldo inicial 2025	Correção Monetária	Juros	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Custo de transação	Saldo final 2025
Financiamentos (BNDES)	201.429	9.296	14.994	(7.265)	(14.928)	(413)	203.113
	Saldo inicial 2024	Correção Monetária	Juros	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Custo de transação	Saldo final 2024
Financiamentos (BNDES)	199.048	9.783	15.003	(7.014)	(14.995)	(396)	201.429

12.2 Cronograma de amortização da dívida

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	282
2027	2.544	1.704
2028	3.130	2.184
2029	2.356	1.404
2030 em diante	171.900	186.939
Total	179.930	192.513

12.3 Informações contratuais

	Emissão	Valor	Eventos de pagamentos	Remuneração	Emissão e vencimento	Saldo em 2025
Ciranda 4 Energias Renováveis S. A.	BNDES	68.334	Amortização de Principal e Juros a partir de 15/12/2023	IPCA+7,45%	07/11/2023 e 15/08/2047	67.705
Ciranda 5 Energias Renováveis S. A.	BNDES	68.333	Amortização de Principal e Juros a partir de 15/12/2023	IPCA+7,45%	07/11/2023 e 15/08/2047	67.704
Ciranda 6 Energias Renováveis S. A.	BNDES	68.333	Amortização de Principal e Juros a partir de 15/12/2023	IPCA+7,45%	07/11/2023 e 15/08/2047	67.704

(i) *Covenants*

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo mantinha contrato de financiamento com o BNDES, que possuem cláusulas restritivas de covenants qualitativos, relacionados a isenção de obtenção de carta fiança, as quais foram cumpridas até a emissão desta demonstração financeira.

(ii) *Garantias*

Os Empréstimos e financiamentos com BNDES tem como garantia a alienação fiduciária de ações, bem como Garantia corporativa da Canadian Solar Inc, Cessão Fiduciária de Direitos.

13 Imposto de renda e contribuição social

13.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto de renda a recolher	-	923
Contribuição social a recolher	-	398
	-	1.321

13.2 Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda	(35)	(820)	(4)	-
Contribuição social	(10)	(495)	(2)	-
Total	(45)	(1.285)	(6)	-

O regime tributário das Controladas em 31 de dezembro de 2025 é o Lucro Real, calculado de forma consolidado, conforme o demonstrativo a seguir:

	2025	
Resultado antes dos impostos	(53.518)	
Adições	53.389	
Base de cálculo	129	
IRPJ 15% e CSLL 9%	(45)	

	2024	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	44.683	44.683
Presunção (IRPJ 8% e CSLL 12%)	3.575	5.362
Demais receitas	272	272
Base de cálculo IRPJ e CSLL	3.846	5.634
IRPJ 15% e CSLL 9%	(577)	(497)
Adicional de IRPJ de 10%	(318)	-
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(895)	(497)
Efeito de provisões, estornos e resgates s/ aplicações financeiras	33	-
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(862)	(497)

A Companhia em 31 de dezembro de 2025 possui prejuízos fiscais e base negativa no montante de R\$ 45.772 para os quais não foram constituídos Ativo fiscal diferido.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado está representado por 494.819,444 ações (488.788.744 em 31 de dezembro de 2024), todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	2025		
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Ciranda II Holding 2 S.A.	494.819	494.819	100%
	494.819	494.819	100%

	2024		
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Ciranda II Holding 2 S.A.	488.789	488.789	100%
	488.789	488.789	100%

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os valores de aportes estavam demonstrados no Capital Social conforme segue:

Data do aporte	Detalhes do aporte	Quantidade de ações	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2024		428.228	428.228
31/01/2024	Aporte de capital	200	200
12/06/2024	Aporte de capital	5.500	5.500
26/06/2024	Aporte de capital	4.395	4.395
25/07/2024	Aporte de capital	1.500	1.500
13/08/2024	Aporte de capital	2.500	2.500
17/10/2024	Aporte de capital	1.606	1.606
23/10/2024	Aporte de capital	4.000	4.000
18/11/2024	Transferência de AFAC	31.660	31.660
03/12/2024	Aporte de capital	3.000	3.000
20/12/2024	Aporte de capital	6.200	6.200
Saldo em 31 de dezembro de 2024		488.789	488.789
15/07/2025	Aporte de capital	60	60
21/10/2025	Aporte de capital	322	322
07/11/2025	Aporte de capital	5.638	5.638
12/12/2025	Aporte de capital	10	10
Saldo em 31 de dezembro de 2025		494.819	494.819

15 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2025	2024
Receita de venda de energia	46.782	41.034
Receita de venda de energia – Intercompany (*)	1.319	3.671
Impostos incidentes sobre vendas e descontos (**)	(3.976)	(1.652)
	44.125	43.053

(*) Conforme demonstrado na nota explicativa 7;

(**) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 temos o Regime não cumulativo sendo PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), já para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 temos o Regime cumulativo sendo PIS (0,65%) e COFINS (3%).

16 Custos operacionais

	Consolidado	
	2025	2024
Depreciação	(33.632)	(31.451)
Encargos de uso da rede elétrica	(7.837)	(7.072)
Compra de energia	(11.961)	(5.346)
Compra de Energia Elétrica com partes relacionadas (*)	-	(94)
Operação e manutenção	(945)	(22.46)
Serviços de terceiros	(2.479)	(2.705)
Serviços de segurança	(313)	-
Seguros	(1.146)	(2.635)
Outros	(5)	(45)
	(58.318)	(51.594)

(*) Conforme demonstrado na nota explicativa 7;

17 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros (*)	(10.683)	(1.999)	(4)	(73)
Tributárias	(30)	(6)	-	-
Viagens e estadias	(55)	(89)	-	-
Despesas indedutíveis	-	1.200	-	450
Outros	(221)	(238)	(1)	-
	(10.989)	(1.132)	(5)	377

(*) Referem-se a despesa com prestação de serviços de assessoria, consultoria e despesas com cartório.

18 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	323	149	27	(1)
Outras	1	6	-	(1)
	324	155	27	(2)
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(14.994)	(15.003)	-	-
Juros de debêntures	-	(116)	-	-
Correção monetária	(9.296)	(9.783)	-	-
Comissão financeira	(3.375)	(3.052)	-	-
Multas e juros	(306)	(185)	-	(11)
Juros de desmobilização de ativo Imobilizado	(285)	(260)	-	-
Despesas bancárias	(12)	(45)	(1)	-
Outras	(376)	(481)	-	(25)
	(28.644)	(28.925)	(1)	(36)
Resultado financeiro, líquido	(28.320)	(28.770)	26	(38)

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é realizado por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa do Grupo bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa do Grupo são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

O Grupo não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

19.1 Classificação dos instrumentos financeiros (consolidado):

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

As contas a receber e a pagar de partes relacionadas e fornecedores, classificados como custo amortizado possuem o valor contábil como uma aproximação razoável do valor e justo e por isso não estão sendo apresentados de forma segregada.

			<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
			<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
			<u>Valor justo</u>		<u>Valor justo</u>	
Aplicações financeiras		Valor justo	17.595	4.400	11	320
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	5	Valor justo	14	15.560	14	14
Contas a receber com partes relacionadas	7	Custo amortizado	-	-	1.061	1.001
			<u>17.609</u>	<u>19.960</u>	<u>1.086</u>	<u>1.335</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	11	Custo amortizado	14.894	2.995	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	Custo amortizado	203.113	201.429	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	7	Custo amortizado	107	612	50	52
			<u>218.114</u>	<u>205.036</u>	<u>50</u>	<u>52</u>

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
		Valor contábil		Valor contábil	
Aplicações financeiras		17.595	4.400	11	320
Ativos financeiros					
Caixa e bancos	5	14	15.560	14	14
Contas a receber com partes relacionadas	7	-	-	1.061	1.001
		17.609	19.960	1.086	1.335
Passivos financeiros					
Fornecedores e outras contas a pagar	11	14.894	2.995	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	203.113	201.429	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	7	107	612	50	52
		218.114	205.036	50	52

O valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo, conforme descrito abaixo:

(i) Os saldos de caixa e bancos, contas a receber, contas a receber com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contas a pagar com partes relacionadas circulantes são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos; e

(ii) Os valores contábeis de empréstimos e financiamentos não circulantes são mensurados ao custo amortizado e divulgados pelo valor justo, que não difere materialmente dos valores contábeis, uma vez que as taxas de juros acordadas são consistentes com as taxas de mercado atuais.

19.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a. *Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

b. *Risco cambial*

O Grupo não está exposto a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras ou vendas são denominadas.

Análise de sensibilidade das taxas de juros

Com base nos dados disponíveis no Banco Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% .

31 de dezembro de 2025

	Cenário		Sensibilidade		
	Variação	Provável			
	2025	2026	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	14,90%	12,13%	(12,13%)	(15,16%)	(18,20%)

Risco de redução do ativo e passivo

	Índices	2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Aplicações financeiras		17.595	(2.134)	(2.668)	(3.201)

31 de dezembro de 2024

	Cenário		Sensibilidade		
	Variação	Provável			
	2024	2025	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,77%	14,83%	(14,83%)	(18,54%)	(22,25%)

Risco de redução do ativo e passivo

	Índices	2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Aplicações financeiras		4.400	(653)	(816)	(979)

31 de dezembro de 2025

	Cenário		Sensibilidade		
	Variação	Provável			
	2025	2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento de taxas, juros e índices - IPCA (IBGE)	4,26%	3,91%	3,91%	4,89%	5,87%

Risco de redução do ativo e passivo

	Índices	2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos		203.113	7.942	9.927	11.913

31 de dezembro de 2024

	Cenário		Sensibilidade		
	Variação	Provável			
	2024	2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento de taxas, juros e índices - IPCA (IBGE)	4,80%	5,60%	5,60%	7,00%	8,40%

Risco de redução do ativo e passivo

	Índices	2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos		201.429	11.280	14.100	16.920

- (a) Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) – fonte - Bradesco Longo Prazo.
- (b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - fonte - Bradesco Longo Prazo.

c. Risco de crédito

É o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Nota	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.609	19.960
Contas a receber	6	4.209	3.529
		21.818	23.489

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Em 31 de dezembro de 2025

Consolidado					
Fluxo de caixa contratuais					
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	14.894	14.894	14.894	-	-
Empréstimos e financiamentos	203.113	712.495	5.760	17.931	688.803
Contas a pagar com partes relacionadas	107	107	-	107	-
	218.114	727.496	20.654	18.038	688.803

Controladora					
Fluxo de caixa contratuais					
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Contas a pagar com partes relacionadas	50	50	-	50	-
	50	50	-	50	-

Em 31 de dezembro de 2024

Consolidado						
Fluxo de caixa contratuais						
	Notas	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	11	2.995	2.995	2.995	-	-
Empréstimos e financiamentos	14	201.429	689.998	5.451	17.147	667.400
Contas a pagar com partes relacionadas	12	612	612	612	-	-
		205.036	693.605	9.058	17.147	667.400
Controladora						
Fluxo de caixa contratuais						
	Notas	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Contas a pagar com partes relacionadas	12	52	52	52	-	-
		52	52	52	-	-

20 Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

21 Arbitragem Andrade Gutierrez

Em 7 de novembro de 2024, a Companhia obteve uma decisão favorável na arbitragem contra a Andrade Gutierrez (AG). A Andrade Gutierrez (AG) ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A., AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A., CONSÓRCIO CONSTRUTOR SOLAR CIRANDA, ANDRADE GUTIERREZ S.A. (Controladora); foi a contratada EPC original para o projeto Ciranda II. Em 5 de novembro de 2021, as SPVs iniciaram uma arbitragem contra a AG e sua controladora (uma garantidora sob o contrato EPC), buscando uma declaração de rescisão ilegal e reivindicando danos significativos pelo abandono da obra.

A decisão do Tribunal, emitida em 7 de novembro de 2024, considerou a rescisão do Contrato EPC pela AG como ilegal, determinando que as SPVs têm direito a aproximadamente R\$ 81,2 milhões em danos, danos pré acordados e outros custos incorridos e que os valores atualizados, de acordo com os critérios definidos na Sentença Parcial, totalizam aproximadamente R\$ 134,7 milhões. O aumento de aproximadamente R\$ 53,5 milhões é composto por atualizações monetárias e juros para contabilizar a inflação. A Companhia avaliou o risco de que a AG possa potencialmente iniciar um processo para contestar os valores e concluiu que tal ação iniciaria um novo processo de litígio. A decisão da ICC é final e, como tal, a Companhia atendeu aos critérios determinados pelo CPC 25 para reconhecer esse ativo contingente. Porém a Companhia não

realizou o reconhecimento contábil dos valores determinados pela arbitragem no exercício de 2024, considerando critérios determinados no CPC 48.

22 Eventos subsequentes

Não ocorreram operações na Companhia que requerem divulgação em eventos subsequentes.